

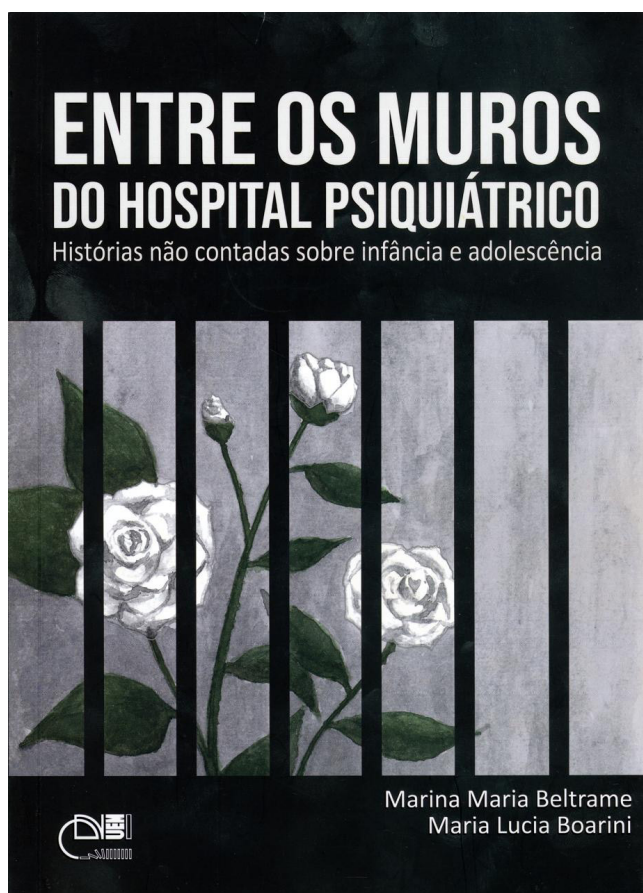
Entre os muros do hospital psiquiátrico: histórias não contadas sobre infância e adolescência, por Marina Maria Beltrame e Maria Lucia Boarini

RESENHA POR

Ednéia José Martins Zaniani

Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-2734-0235>



Na sombra da história: a internação psiquiátrica de crianças e adolescentes

Comumente, infância e adolescência são concebidas como fases universais e naturais da vida. Contudo, se olharmos para o cenário brasileiro, por exemplo, constatamos facilmente a existência de contextos de desenvolvimento humano muito diferentes. Dados do Brasil revelam que em 2023, da população com idade até 17 anos, 60% vivia em situação de pobreza, sendo negros, indígenas e moradores das regiões norte e nordeste os mais vulnerabilizados. Considerando que a pobreza arrola múltiplas dimensões, a falta de acesso a saneamento básico, que está entre as privações que mais impactam o desenvolvimento, atingia cerca de 21,2 milhões de crianças e adolescentes. Sobre o direito à alimentação, cerca de 13,7 milhões não contava com a renda mínima necessária para poder comer, e conseqüentemente, crescer (UNICEF, 2023).

Evidencia-se que em contextos marcados por iniquidades e desigualdades extremas, nem todas as crianças e adolescentes se apropriam dos bens materiais e culturais da mesma forma. Nem todos

têm garantidos direitos fundamentais como saúde, educação, convívio familiar e comunitário, liberdade, nem estão protegidas de maus-tratos e exploração, como prevê nossa Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e ratifica o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em vigor desde 1990 (BRASIL, 1990).

Muitas estão inseridas em contextos que acumulam camadas de privações e violências, aprendendo, através da internação psiquiátrica, o quanto é sofrido conjugar a violação do direito à saúde/saúde mental com a perda do direito à liberdade. Marina Maria Beltrame e Maria Lucia Boarini, ao escreverem *Entre os muros do hospital psiquiátrico: histórias não contadas sobre infância e adolescência*, nos colocam em contato com esse fenômeno que acomete, especialmente, algumas crianças e adolescentes. A obra é fruto da tese de doutorado da primeira autora (BELTRAME, 2020), sob a orientação da segunda, mas a parceria das pesquisadoras vem de longa data (BELTRAME, 2010; BELTRAME; BOARINI, 2013).

Merece destaque também que o prefácio é de autoria de Maria Cristina Ventura Couto, cuja militância e contribuições para o movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira e a produção do conhecimento em saúde mental infantojuvenil, na lógica da Atenção Psicossocial, são amplamente reconhecidas. Há tempos, Maria Cristina Ventura Couto e outros autores comprometidos com a luta por uma sociedade sem manicômios denunciam a inserção tardia dessa população na agenda das políticas públicas de saúde mental, apontando que até mesmo dentro do movimento da reforma, crianças e adolescentes seguiram marginalizados, sendo o histórico percurso de desassistência um processo ainda não superado (COUTO; DELGADO, 2015).

Beltrame e Boarini (2025) colocam a literatura e algumas histórias de vidas reais em diálogo, desnaturalizando as infâncias e as adolescências, apostando que a institucionalização psiquiátrica pode refletir mudanças e permanências, além de fornecer ao pesquisador elementos para uma compreensão mais ampla da vida e das relações socialmente engendradas. Ao constatarem na literatura a ausência de enredos sobre crianças e adolescentes internadas em hospitais psiquiátricos, a despeito de sua existência real, as autoras tomam essa lacuna como inspiração para o desenvolvimento da pesquisa que deu origem ao livro.

Sabemos que institucionalizar não é um fenômeno novo, nem exclusivo de uma dada sociedade. A ideia de que é preciso trancar para tratar atravessou vários séculos, inclusive o atual. Como apontado por Vicentin e Blikstein (2019), a institucionalização psiquiátrica permanece como uma medida célere e comum, embora a Lei nº 10.216/2001, Lei da Reforma Psiquiátrica, aponte a internação como o último recurso a ser acionado em um processo de cuidado em saúde mental (BRASIL, 2001). Segundo as autoras, quando se trata de crianças e adolescentes, a internação psiquiátrica nem sempre é justificada por uma situação de crise ou reconhecida como medida necessária pelas próprias equipes dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), sendo decorrente muito mais da combinação de fatores como “a fragilização de vínculos sociais e familiares, a baixa cobertura da rede de serviços de saúde e socioassistencial, a frágil articulação intersetorial, a precarização das políticas sociais, as relações de violência no território, dentre outros” (VICENTIN; BLIKSTEIN, 2019, p. 174). Isso posto, elas compreendem que a internação psiquiátrica pode servir como um “analisador crucial da direção ético-político colocada para as vidas de crianças e adolescentes” (VICENTIN; BLIKSTEIN, 2019, p. 173).

Em que pese as bases legais e institucionais que permitiram, a partir do início dos anos 2000, a construção de uma política de saúde mental no Brasil, processos de desmonte e iniciativas contrarreformistas vêm assolando esse campo e destruindo progressivamente o Sistema Único de Saúde (SUS) notadamente desde 2016. Cientes da urgência de pesquisas e da defesa inegociável de um cuidado em saúde mental antimanicomial, o livro de Beltrame e Boarini (2025) aborda a institucionalização psiquiátrica, articulando a literatura e dando visibilidade a histórias reais de crianças e adolescentes que experimentaram, em períodos tão precoces do seu desenvolvimento, o isolamento sob o mote do cuidado e da proteção. Muitas dessas histórias foram testemunhadas por Marina Beltrame ao longo de sua prática profissional como psicóloga, atuando no SUS, em dispositivos da RAPS.

Em síntese, o livro está organizado em duas partes. Na primeira, as autoras partem da ficção para demonstrar, como já assinalamos, a existência de múltiplas infâncias e adolescências. Concebem a literatura como um documento histórico que viabiliza o acesso a modos de pensar, se relacionar e lidar com os problemas de uma determinada época e lugar, que precisa ser interpretado em face às relações sociais e de poder vigentes na realidade sócio-histórica na qual foi produzido.

Nessa toada, Beltrame e Boarini (2025) recorrem a clássicos da literatura inglesa infantojuvenil, como *Peter Pan* (publicado em 1911) e o romance *Oliver Twist* (de 1838), além de obras nacionais, como *Reinações de Narizinho* (de 1931), *Capitães de Areia* (de 1937) e *O Meu Pé de Laranja Lima* (de 1968), para destacarem contradições sociais que atravessam as narrativas e demonstram que experiências e oportunidades desiguais podem redundar em diferentes formas de se viver a infância e a adolescência.

Oliver Twist, por exemplo, é uma criança órfã que passa quase toda infância institucionalizada. Aos nove anos foge para Londres, cenário citadino explorado pelo autor Charles Dickens (1812 - 1870), que ao narrar passagens da vida do menino, também articula temas como fome, desigualdade, criminalidade, trabalho infantil, maus-tratos, entre outros. A partir da ficção, nos mostra a realidade de pobreza e injustiças que se avolumam no submundo da Inglaterra do final do século XIX, contexto da Revolução Industrial; não poupava infâncias como a de Oliver. Sobre a literatura nacional, Beltrame e Boarini (2025) exploram, entre outras obras, *Capitães de Areia*, de Jorge Amado. Perpassando a história de um grupo de crianças abandonadas e pobres que vivia em um cais da cidade de Salvador, na Bahia, traz episódios de abandono e envolvimento com atos ilícitos que os afasta da imagem idealizada que enreda a maioria dos poemas e contos infantis, ao passo que demonstra que os problemas enfrentados podem levar à marginalização social e luta pela sobrevivência.

Na segunda parte do livro, as autoras se valem de produções internacionais (italiana e francesa) e nacionais, que se debruçaram sobre experiências de crianças e adolescentes submetidos a internações psiquiátricas, para em seguida transmutar em ficção algumas histórias, as quais, como já dissemos, foram acompanhadas por Marina Beltrame ao longo de sua trajetória profissional enquanto psicóloga do SUS. Tal transmutação intenta levar o leitor a percorrer os relatos, tateando fragmentos que entrelaçam circunstâncias reais e imaginárias, uma vez que ambas permitem refletir sobre a vida e o sofrimento desses sujeitos.

Beltrame e Boarini (2025) contam histórias como a de João, que em uma oficina realizada em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) foi convidado, junto de outros adolescentes, a criar um planeta no qual gostaria de viver. João, que

quase sempre era inquieto, ouviu atentamente os relatos dos colegas e inventou o “planeta das capas voadoras” (BELTRAME; BOARINI, 2025, p. 91), onde aqueles que ficassem doentes, fossem machucados, abandonados, maltratados ou estivessem tristes, poderiam “ir à montanha das capas coloridas, pegar uma delas, sem precisar pagar nada, e voar até encontrar um planeta mais legal” (BELTRAME; BOARINI, 2025, p. 91). Contudo, na sua trajetória de vida, após reiteradas internações psiquiátricas, João deixou de sonhar e já não lembrava o João de outrora. Assim, “Era 25 de dezembro de 2015, e, enquanto na Terra do Nunca, crianças e adolescentes celebravam o Natal com comida, encontros familiares, Papai Noel e presentes, na Terra do Silêncio, João, segurando as grades da janela, sonhava com sua capa voadora com rabiola de pipa” (BELTRAME; BOARINI, 2025, p. 100).

Com essas histórias retiradas das sombras, nos deparamos com o sofrimento enredado pela internação psiquiátrica, comumente justificada pelo uso de substâncias psicoativas. Histórias que lançam luz a um sofrimento intensificado quando os vínculos familiares e comunitários são rompidos ou fragilizados por conta do isolamento em hospitais que ficam a centenas de quilômetros da própria casa. Sofrimento agravado por episódios de violências e negligências que se acumulam, provando que a depender da classe social, problemas de diferentes ordens podem culminar no mesmo desfecho: a institucionalização e o afastamento do convívio social.

Como evidenciam os dados recentes apresentados por Beltrame e Boarini (2025), ainda que a Reforma Psiquiátrica objetivasse, entre outras coisas, o fechamento de leitos psiquiátricos, o Brasil ainda conta com cerca de 21 mil. No caso específico do Paraná, são mais de 2.200 leitos distribuídos pelo estado, dos quais, 186 são reservados para adolescentes.

Nos últimos anos, principalmente no campo álcool e outras drogas, assistimos ao revigoramento das estratégias de manicomialização. Portarias reinseriram os hospitais psiquiátricos na RAPS, legislações garantiram o aumento do investimento do Estado nas internações compulsórias e no acolhimento em comunidades terapêuticas, produzindo retrocessos plenamente refutados por diversas entidades e instituições comprometidas com a luta antimanicomial (ABRASME, 2020).

Que o livro de Beltrame e Boarini (2025) nos incite a perguntar sobre o que tem nos levado, enquanto sociedade, a aceitar que determinadas infâncias e adolescências mereçam estar entre muros, segregadas, retiradas do convívio social, admitindo que cresçam sem oportunidades e garantias de condições mínimas de desenvolvimento. Que ajude a demonstrar que a construção de uma sociedade sem manicômios também passa por retirar esses meninos e meninas da sombra da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRASME. Associação Brasileira de Saúde Mental. Memorial: retrocessos no cuidado e tratamento de saúde mental e drogas no Brasil. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 12, n. 33, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/78884>>. Acesso em: 4 set. 2025.

BELTRAME, M. M. **Infância e Saúde Mental: reflexões sobre a dinâmica de um CAPSi**. 2010. 251 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010. Disponível em: <<https://cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/pesquisa/teses-e-dissertacoes-defendidas/lista-de-arquivos-teses-e-dissertacoes/marinambeltrame-dissertacao.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BELTRAME, M. M. **Entre os muros do hospital psiquiátrico: histórias sobre a infância e a adolescência**. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2020.

BELTRAME, M. M.; BOARINI, M. L. Entre os muros do hospital psiquiátrico: histórias não contadas sobre infância e adolescência. Maringá: Eduem, 2025.

BELTRAME, M. M.; BOARINI, M. L. Saúde mental e infância: reflexões sobre a demanda escolar de um CAPSi. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 2, p. 336-349, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000200007>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 abr. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 18 nov. 2025.

COUTO, M. C. V.; DELGADO, P. G. G. Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. **Psicologia Clínica**, v. 27, n. 1, p.17-40, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pc/a/RSQnbmxPbbjDDcKKTdWSm3s/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

UNICEF. **As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil**. Brasília: UNICEF, 2023. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/as-multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

VICENTIN, M. C. G., BLIKSTEIN, F. Internações psiquiátricas de crianças e adolescentes: um analisador da reforma em saúde mental. In: LIMA, L. T. de.; SURJUS, S.; MOYSÉS, M. A. A. (Org.). **Saúde Mental Infantojuvenil: Territórios, políticas e clínicas de resistência**. Santos-SP: Unifesp/ Abrasme, 2019, p.171-181. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1dloqUGf583yvZTXyLnGsOeqGSo1vLT56/view>>. Acesso em: 10 ago. 2025.

Palavras-chave: infância, adolescência, literatura, saúde mental, reforma psiquiátrica.

DATA DE RECEBIMENTO: 18/09/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 12/11/2025

Ednéia José Martins Zaniani

Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2008), Paraná, Brasil. Doutora em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2015), Assis, Brasil. Atua em pesquisas, ensino e extensão com foco na saúde mental infantojuvenil.

E-mail: ejmzaniani@uem.br